

A MATERNIDADE E A MATERNAGEM EM “QUANTOS FILHOS NATALINA TEVE?” E “OLHOS D'ÁGUA” DE CONCEIÇÃO EVARISTO

MATERNIDAD Y MAMAMIENTO EN “QUANTOS FILHOS NATALINA TEVE?” E “OLHOS D'ÁGUA” DE CONCEIÇÃO EVARISTO

Alessandra Corrêa de Souza¹
Lara Beatriz Aragão da Rocha²
Evelyn Ralyne Freire Fonseca³

RESUMO

O cerne deste artigo é problematizar os papéis sociais das mulheres negras a partir dos contos “Quantos filhos Natalina teve?” e “Olhos d’água” de Conceição Evaristo (2016). Temas transversais como a desconstrução dos estereótipos da maternidade, assim como a ancestralidade africana e as memórias que compõem o presente texto. Para tal imbricação teórica foram escolhidos o dispositivo analítico das escrituras para oportunizar o protagonismo das mulheres negras e a importância da literatura negra feminina como estratégia de denúncia ao sistema vigente, assim como as contribuições de Vasconcelos (2014); Davis (2016); Ribeiro (2018); Hooks (2018; 2019).

Palavras-chave: maternidade, ancestralidade, violência, escrituras.

RESUMEN

El eje de este artículo es cuestionar los papeles sociales de las mujeres, a partir de los cuentos *¿Cuántos hijos Natalina tuvo?* y *Ojos de agua* de Conceição Evaristo (2016). Temas transversales como la deconstrucción de los estereotipos de la maternidad, así como la ancestralidad africana y las que memorias constituyen el presente texto. Para tal imbricación teórica fueron elegidos el dispositivo de análisis de las escrituras para aportar el protagonismo de las mujeres negras y la importancia de la literatura negra

¹ Professora Doutora em Literaturas Neolatinas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atualmente, professora de Literaturas Hispânicas no Departamento de Línguas Estrangeiras, professora de Literaturas Afro-latino-americanas no Programa de Pós-Graduação em Letras, como também no Programa de Mestrado Profissional em Letras da Universidade Federal de Sergipe. Email: professorallessandra@academico.ufs.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0195174942608154>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4691-8592>. Líder do Grupo de Pesquisa Escrituras de Mulheres Negras em Diáspora. Diretório de Pesquisa: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/6080849596208579>

² Graduada em Letras Português e Espanhol pela Universidade Federal de Sergipe (UFS); Especialista em Literatura Africana, Indígena e Latina pela UniBF; Mestranda em Literatura Comparada no PPGL-UFS. Bolsista Capes. Email: lararocha2303@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0485901142328571>. Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-4716-1804>.

³ Graduada em Letras Vernáculas pela Universidade Federal de Sergipe; Mestranda em Literatura Comparada no PPGL-UFS. Bolsista Capes. Email: ralynebrga@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9245483322652661>. Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-3880-2053>

femenina como estratégia de crítica al sistema vigente, así como las contribuciones de Vasconcelos (2014); Davis(2016); Ribeiro (2018); Hooks (2018;2019).

Palabras clave: maternidad, ancestralidad, violencia, escrevivências.

Introdução

Como nós, mulheres negras, temos sido representadas nas artes e nos dispositivos midiáticos? Inicialmente, pode ser apenas uma pergunta retórica, mas de suma relevância para as meninas-mulheres que não conseguem se enxergar em papéis sociais de humanização de suas subjetividades. As instituições: família, igreja e escola diretamente agem no inconsciente coletivo da sociedade brasileira que foi forjado em um sistema escravocrata que nomeia pessoas para desfrutar privilégios simbólicos e econômicos, enquanto outras são historicamente representadas como os bodes expiatórios da nação. Se analisarmos, os textos literários representados como canônicos, escritos pelas mãos dos homens brancos, em boa parte, “sudestinos”, temos uma literatura brasileira alicerçada no racismo, patriarcalismo, sexismo, misoginia e outros.

No século XX, vemos que, por exemplo, em romances de Jorge Amado, as personagens brancas, negras e mulatas contribuem para a função de “fetiche” sexual das duas últimas e do perfil dócil e “idealizado” das primeiras. Os paradigmas de como a mulher tem sido representada nas obras literárias começam a mudar a partir das décadas de 1960 e 1970, com o advento do feminismo e também da atitude de mulheres autoras que começam a reivindicar seus papéis como protagonistas de suas próprias histórias.

E Os textos literários “Quantos filhos Natalina teve?” e “Olhos d'água” são exemplos dessa mudança em nossa sociedade. No entanto, faz-se necessário destacar que a construção da representação da mulher negra e da mulata como instrumento sexual para o prazer do homem branco começou a ser modificado desde o século XIX, por autores como Maria Firmina dos Reis, com *Úrsula* (1859); Luís Gama, com *Primeiras Trovas Burlescas do Getulino* (1859); Machado de Assis, com os contos *Sabina* (1875) e *Pai contra mãe* (1906); Lima Barreto, com o conto *Clara dos Anjos* (1920); Lino Guedes, Solano Trindade, entre outros.

Na mesma sequência, no século XX, temos os *Cadernos Negros* (1978-2023), com autorias femininas que reivindicam seus papéis sociais, tais como Conceição

Evaristo, Lia Vieira, Miriam Alves, Esmeralda Ribeiro, Geni Guimarães, Sonia Fatia da Conceição, entre outras, que seguem as propostas iniciadas no século anterior.⁴

Trazemos a contextualização histórica dos papéis sociais construídos pela branquitude para representar estereótipos que atravessam o imaginário coletivo da sociedade brasileira até os dias atuais e perguntamos se avançamos de Maria Firmina dos Reis a Conceição Evaristo e para tal diálogo destacamos um trecho de *Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade*,

[...] penso a nossa condição de mulheres negras em relação às mulheres brancas. Sim, há uma condição que nos une, a de gênero. Há, entretanto, outra condição para ambas, o pertencimento racial, que coloca as mulheres brancas em um lugar de superioridade – às vezes, só simbolicamente, reconheço – frente às outras mulheres, não brancas. E desse lugar, muitas vezes, a mulher branca pôde e pode se transformar em opressora, tanto quanto o homem branco.” Historicamente, no Brasil, as experiências das mulheres negras se assemelham muito mais às experiências de mulheres indígenas. E então, volto a insistir: a sociedade que me cerca, com as perversidades do racismo e do sexismo que enfrento desde criança, somada ao pertencimento a uma determinada classe social, na qual nasci e cresci, e na qual ainda hoje vivem meus familiares e a grande maioria negra, certamente influenciou e influenciou em minha subjetividade.⁵

A partir da citação de Evaristo (2009), discorremos sobre o dispositivo analítico escrevivências, iniciado em sua dissertação de mestrado e que hoje tem sido utilizado por nós, intelectuais negras atravessadas diariamente pela interseccionalidade de raça, gênero e classe em todos os espaços que ocupamos. Os contos escolhidos, “Quantos filhos Natalina teve?” e “Olhos d’água”, centram no protagonismo das mulheres negras e problematizam os papéis sociais, assim como a desconstrução dos estereótipos segregados às mulheres não-brancas dentro dessa perspectiva capitalista e racista que naturaliza a maternidade e a maternagem como instrumentos de opressão e violência.

As escrevivências, o neologismo construído por Evaristo que une as vivências individuais e coletivas das mulheres negras em diáspora, reverberam por um passado histórico que foi negligenciado por uma história única do ocidente frente às nossas epistemologias africanas, como também memórias ancestrais que têm sido

⁴ASSIS DUARTE, Eduardo. *Por um conceito de literatura afro-brasileira*. Dados colhidos no Portal da Literatura Afro-brasileira. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/artigos/artigos-teorico-conceituais/148-eduardo-de-assis-duarte-por-um-conceito-de-literatura-afro-brasileira>.

⁵EVARISTO, Conceição. In: *Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade*, 2009, p.18.

ressignificadas por autoras negras, como Ana Mércia dos Santos, Carolina Maria de Jesus, Conceição Evaristo, Cristiane Sobral, Daniela Bento, Eliana Alves Cruz, Jarid Arraes, Margareth dos Anjos Santos, Miriam Alves, Izabel Nascimento, Luciene Nascimento, Ryane Leão, Vera Vilar e outras.

Como metodologia, construímos as seções: a importância das narrativas de mulheres negras na Literatura Contemporânea; análise do corpus — “Quantos filhos Natalina teve?” e “Olhos D’Água”; encaminhamentos finais e, por último, e não menos importante, as referências bibliográficas afrocentradas.

A importância das narrativas de mulheres negras na Literatura Contemporânea

Historicamente, pelo modelo europeu no qual nossa sociedade foi alicerçada, o prestígio e o privilégio simbólico e econômico continuam sendo dados à branquitude. Como em todos os âmbitos, na literatura não é diferente. De acordo com Regina Dalcastagnè (2008, p.87), “séculos de racismo estrutural afastam as pessoas negras dos espaços de poder e de produção de discurso”. Dessa forma, proveniente do monopólio do poder de escrita dado aos escritores canônicos, a mulher negra, que se encontra na base da pirâmide social, enfrenta grandes desafios para ser reconhecida através da escrita, geralmente é confinada em um lugar de subalternidade e à margem do prestígio social.

Em decorrência desses fatores de desigualdade, é comum a escrita dessas mulheres estar acompanhada de suas experiências de vida, o que Conceição Evaristo define como “escrevivências”, escritos alicerçados nas experiências vividas por autoras negras. Carolina Maria de Jesus é uma das referências de representatividade que descortina as desigualdades sociais a que as pessoas negras e periféricas estão submetidas até os dias atuais em nossa sociedade. Em *Quarto de Despejo* (1963), citemos:

Eu era revoltada, não acreditava em ninguém. Odiava os políticos e os patrões, porque o meu sonho era escrever e o pobre não pode ter ideal nobre. Eu sabia que ia angariar inimigos, porque ninguém está habituado a esse tipo de literatura. Seja o que Deus quiser. Eu escrevi a realidade. (JESUS, 1963, p. 173)

Histórias de vida como a de Carolina servem para expor como a escrita pode ser utilizada como um instrumento de pleitear direitos e expor injustiças sociais que estão escancaradas em nosso cotidiano, mas que não têm espaço na literatura representada como canônica.

Conceição Evaristo, autora do *corpus* de análise deste artigo, resume bem o ponto central defendido através deste trabalho:

O que eu tenho pontuado é isso: é o direito da escrita e da leitura que o povo pede, que o povo demanda. É um direito de qualquer um, escrevendo ou não segundo as normas cultas da língua. É um direito que as pessoas também querem exercer. Então Carolina Maria de Jesus não tinha nenhuma dificuldade de dizer, de se afirmar como escritora. (...) E quando mulheres do povo como Carolina, como minha mãe, como eu, nos dispomos a escrever, eu acho que a gente está rompendo com o lugar que normalmente nos é reservado, né? A mulher negra, ela pode cantar, ela pode dançar, ela pode cozinhar, ela pode se prostituir, mas escrever, não, escrever é uma coisa... é um exercício que a elite julga que só ela tem esse direito. (...) Então eu gosto de dizer isso: escrever, o exercício da escrita, é um direito que todo mundo tem. Como o exercício da leitura, como o exercício do prazer, como ter uma casa, como ter a comida (...). A literatura é feita pelas pessoas do povo, ela rompe com o lugar pré-determinado. (EVARISTO, 2010: s.p.)

A literatura, produtora de cultura e de sociedade (SAID, 1993), é papel fundamental na construção da visão de mundo do leitor. A maneira como este projeta o espaço social parte, principalmente, dos estereótipos histórico-culturais perpetuados no espaço literário. De acordo com Said (2011), as representações literárias estão alinhadas às representações sociais. Nesse sentido, a aproximação do leitor com narrativas de criticidade que abordam temas sociais, desse modo, pode ser capaz de oportunizar processos transformativos e decisivos para a subversão de marcadores sociais, como os debates que envolvem raça, gênero e classe.

De acordo com Conceição Evaristo, “a escre(vivência) das mulheres negras explicita as aventuras e desventuras de quem conhece uma dupla condição que a sociedade teima em querer inferiorizada: mulher e negra” (2005, p. 205). Desde o início do século XXI, as narrativas que abordam os desdobramentos e as implicações da experiência de mulheres negras na literatura se fazem cada vez mais presentes. Para Conceição, ler sempre foi um exercício prazeroso, vital, um meio de suportar o mundo,

principalmente a adolescência, ao perceber os limites que lhes eram impostos (EVARISTO, 2005).

Com as interseccionalidade de raça, gênero e classe sendo pensadas e comumente problematizadas nas obras literárias, a reivindicação do poder da escrita feita por mulheres negras, assim como às mais diversas manifestações artísticas, oportunizam o fim do silenciamento imposto a essas mulheres, em razão da condição racial engendrada, não continue sendo um cenário na pós-modernidade. Dessa forma, escritos como os de Conceição e os de tantas outras mulheres negras, portanto, atuam na desconstrução dos mais diversos estereótipos e de crenças provenientes da colonização, estabelecidas desde o século XVI, e reforçadas ainda hoje, na contemporaneidade.

Análise do corpus

Historicamente, pessoas com útero estão biologicamente condicionadas à percepção da maternidade como o principal caminho para a felicidade e realização pessoal. Os sonhos, as vontades e os desejos são comumente adiados, paralisados ou abortados para que o cenário ideal ao gerar um filho seja possível. Na década de 1960, nos Estados Unidos, a teoria feminista busca compreender a maternidade como um fenômeno social, de forma a percebê-la como uma construção histórico-cultural, “que designava o lugar das mulheres na família e na sociedade, sendo esta a causa principal da dominação do sexo masculino sobre o sexo feminino” (SCAVONE, 2001, p. 138), o *locus* da opressão feminina.

A partir de 1970, com o surgimento da pílula contraceptiva e a realização das práticas de aborto, o conceito de maternidade foi transformado e oportunizou a construção de múltiplas perspectivas a seu respeito. A partir do poder de escolha e das perspectivas de gênero imbricadas, a maternidade deixa de ser unicamente um símbolo para o ideal de realização feminina e passa ser, também, símbolo da opressão das mulheres ou símbolo do poder das mulheres, “evidenciando as inúmeras possibilidades de interpretação de um mesmo símbolo” (SCAVONE, 2001, p. 142).

Ainda que novas formas de compreender e vivenciar a maternidade tenham surgido, tais debates e reflexões estavam restritos a um grupo seletivo de mulheres: as mulheres brancas. A teoria feminista, embora progressista e inquestionavelmente transgressora, articulava-se a partir do centro, dirigia-se às mulheres brancas, letradas e

de classe média, adotando um posicionamento que anulava vivências de mulheres negras e de todas aquelas socialmente à margem (HOOKS, 2019, p. 28).

Para bell hooks (2019, p. 32), ser oprimido significa a ausência de opções. Historicamente, da escravidão aos dias atuais, “as mulheres negras têm desempenhado funções com ou sem remuneração dentro e fora de suas casas, nas lavanderias, no campo, nas fábricas, nas casas alheias” (p. 195). Se, para as mulheres brancas a maternidade era tida como um mecanismo de confinamento, “as mulheres negras gostariam de mais tempo para desfrutar da companhia de sua família e sair do mundo do trabalho alienado” (p. 196), além de melhores condições para a criação de seus filhos.

No Brasil, em função do sistema escravocrata e pequeno-burguês, principalmente a partir do surgimento das *amas de leite* e de *criação* no período colonial, o imaginário coletivo perpetua um dos estereótipos mais comuns quanto às mulheres negras: a “mãe preta”, isto é, a automática associação dessas mulheres à maternidade, geralmente construídas no imaginário social na imagem de mulheres negras “velhas, corpulentas, supersticiosas, e fervorosamente católicas” (RONCADOR, 2008, p. 131).

Na literatura, o mito literário da *mãe preta* surgiu ainda na cultura dos folhetins, na literatura oitocentista, com a história da “*Mãe-preta*”, uma ama de leite escravizada que foi afastada do filho recém-nascido para tecer cuidados ao filho dos senhores. “Ao invés de ódio e revolta, seu coração, porém, “era acessível ao carinho”, dado aos sentimentos de lealdade, resignação, subserviência, e ao amor maternal” (RONCADOR, 2008, p. 130).

Até os dias atuais, o imaginário social reforça o estereótipo da “mãe preta” ao delegar o automatismo dos cuidados maternos às mulheres negras, um lugar de subserviência e amparo, presente desde as mulheres escravizadas, com filhos brancos dos donos de engenho e fazendeiros no Brasil Colônia, às babás e empregadas domésticas mal remuneradas e com exorbitantes cargas de trabalho na contemporaneidade.

Nos contos “Quanto filhos Natalina teve?” (p. 43-50) e “Olhos d’água” (p. 15-19), presentes na obra *Olhos d’água* (2016), Conceição Evaristo traz à baila os estereótipos socioculturais que envolvem a maternidade de mulheres negras ao explorar as subjetividades de suas personagens sob diferentes perspectivas. Narrados em terceira

pessoa, os contos em questão mergulham no curso das memórias das protagonistas, remontadas a partir de *flashbacks* dos caminhos refeitos em suas vidas. Ao passo em que Natalina, no conto “Quantos filhos Natalina teve?”, subverte os papéis designados às mulheres mães-negras ao renegar a maternidade, em “Olhos d'água” a narradora resgata a sua ancestralidade e evoca as suas memórias de infância junto à mãe, sempre afetuosa e amorosa, para responder a dúvida: “de que cor eram os olhos de minha mãe? (p. 15).

Quantos filhos Natalina teve?

“Queridas irmãs em melanina,
Nós precisamos umas das outras.”
(Upile Chisala)

Em “Quantos filhos Natalina teve?” Conceição Evaristo desconstrói estereótipos socioculturais acerca do materno ao explorar a subjetividade de Natalina, mulher forte e corajosa, narrando as quatro gravidezes acontecidas de forma indesejada ao longo de sua vida. O conto é estruturado a partir de *flashbacks* da personagem principal, sobretudo quanto aos atravessamentos de suas gestações, e iniciamos com a narrativa da primeira gravidez de Natalina, que acontece acidentalmente em meios às “brincadeiras” com o namorado Bilico, ainda na adolescência:

Brincava gostoso quase todas as noites com o seu namoradinho e quando deu fé, o jogo prazeroso brincou de pique-esconde lá dentro de sua barriga. A mãe desesperada perguntou se ela queria o filho e se Bilico queria também. Ela não sabia responder por ele. Sabia, porém, que ela, Natalina, não queria. Que a mãe a perdoasse, não batesse nela, não contasse nada para o pai. (EVARISTO, 2016, p. 44).

Natalina, mesmo muito nova, realiza sozinha diversas tentativas abortivas, com os conhecidos “chás caseiros”. Sem sucesso, recorre a sua mãe, que ao desconfiar da gravidez e temer a chegada de mais uma criança em um ambiente precário e superlotado, sugere levá-la até “*Sá Praxedes*”, descrita como uma velha parteira que “*comia meninos*” (p. 44), por, muitas vezes, mulheres grávidas adentrarem o seu barraco e saírem sem filhos, mito associado ao imaginário popular sobre as mulheres que praticam abortos clandestinos.

No Brasil, o aborto é considerado crime, previsto nos artigos 124 a 126 do Código Penal, instituído pelo Decreto-Lei nº 2848 de 07 de dezembro de 1940. “Apesar de suas leis rígidas que criminalizam o aborto, o Brasil tem a maior frequência estimada de abortos no mundo, de 44 a cada 1.000 mulheres” (SEVERI *et al.*, 2022, p. 6). Em um país em que a desigualdade social prevalece, o aborto legal e seguro é apresentado como uma questão de saúde pública, pois de acordo com Djamila Ribeiro (2018), “mulheres de classe privilegiada pagam por procedimentos seguros, enquanto as pobres, em sua maioria negras, ou ficam com danos graves à saúde e morrem ou são vítimas de desespero.” (p. 86), do mesmo modo, a probabilidade de uma mulher racializada como negra morrer de complicações na gravidez, no parto, e na ocasião do aborto inseguro, é três vezes maior se comparada a uma mulher racializada como branca (SEVERI *et al.*, 2022).

No Brasil, país em que as escolhas femininas não são validadas, o aborto precisa ser a última opção e acontece apenas nos casos do feto ser anencefálico, fruto de um estupro ou de a gestação colocar em risco a vida da mãe. “Embora a maternidade seja uma experiência que interessa a toda a sociedade, os processos biológicos que a envolvem permanecem sendo exclusivamente vividos pela mulher” (VASCONCELOS, 2014, p. 66). A decisão de uma mulher de não modificar toda a sua vida em função de um filho não planejado não é considerada, principalmente, sendo esta mulher parte da parcela pobre e negra da população.

Por mais que tentemos estudar estatísticas sobre o aborto, nenhum dado é fidedigno, visto que os números reais são difíceis de serem obtidos. Consideradas criminosas, as práticas de aborto raramente participam de estatísticas oficiais, mesmo que resultem na morte de diversas mulheres em decorrência do processo. No Brasil, abortam em segurança apenas os que possuem dinheiro:

A criminalização do aborto no Brasil, então, não elimina o procedimento, mas restringe o acesso ao aborto seguro e resulta na acusação e na prisão de mulheres de famílias de baixa renda que dependem de serviços de saúde pública para abortos e não podem utilizar serviços privados onde estariam menos propensas a serem denunciadas à polícia. (SEVERI *et al.*, 2022, p. 7)

Algumas bases de dados que podemos obter são de internações pós-complicações, em que, segundo estudo da USP (2022), 50% das mulheres

submetidas a abortos sem segurança precisaram ser hospitalizadas, como também as mortes decorrentes, que tiram a vida de cerca de 200 mulheres por ano. Com isso, a *escrevivência* da personagem Natalina é a representação da realidade, mulher e negra, é impedida de viver em condições dignas para exercer os seus direitos reprodutivos.

Mesmo na imaturidade da adolescência, assustada, a “menina-mãe” não hesita em abandonar o núcleo familiar ao sentir-se encurralada pela mãe e passa a viver em situação de rua. Ainda que sua decisão seja a de manter a gravidez, a todo momento Natalina demonstra o incômodo e a contrariedade em gestar “aquele troço, aquela coisa mexendo dentro dela” (p. 43). No dia de seu parto, então, doa a criança, que não chegou a conhecer, à enfermeira que a assiste, assim, “a menina-mãe saiu leve e vazia do hospital! E era como se ela tivesse ganhado uma boneca que não desejasse e cedesse o brinquedo para alguém que quisesse” (p. 45). Neste excerto, em que se demonstra o desapego pelo ideal materno representado como o desejo de todas as mulheres, vemos mais um exemplo de insubordinação do *status quo* da maternidade feito pela personagem principal.

Em suas lembranças, Natalina continua a dilacerar o horizonte de expectativas insistentemente resguardado às mulheres. Já adulta, contava com diversos parceiros sexuais, “brincava gostoso com os homens, mas não ‘descuidava” (p. 46), fazia uso de chá abortivos constantemente, “mesmo assim, um dia uma semente teimosa vingou” (p.46). De acordo com um estudo feito por Lawrence Finer e Stanley Henshaw (2006), mulheres pobres, adolescentes, solteiras e com menor escolaridade estão entre os principais grupos propensos a vivenciar uma gravidez não planejada.

No conto, em meios às frustradas tentativas de um aborto, o segundo filho de Natalina trouxe alegria ao seu parceiro Tonho, que imediatamente comunicou sua vontade de constituir família. Natalina, que “não queria ficar com ninguém. Não queria família alguma. Não queria filho” (EVARISTO, 2016, p. 46), entregou a Tonho a criança. O homem não entendia como poderia uma mulher não se alegrar com marido e filho, era o que ele “julgava ser o modo de uma mulher ser feliz”. Natalina não compartilhava dessa visão e não cedeu ao discurso convencional de ser uma boa mãe e servidora do lar. Ela preferia sua liberdade, mesmo com a cobrança social de gênero.

“Nesse contexto, a mulher tem sido cobrada do ponto de vista legal, social, econômico, físico e emocional pela família, pela comunidade e até pelo estado para que

atenda às ideais de ‘boa mãe’, ainda que num contexto de muitas dificuldades” (VASCONCELOS, 2014, p. 99). Ao nascimento da criança, então, Tonho voltou desconsolado para sua cidade natal, “levando consigo o filho que Natalina não quis.” (EVARISTO, 2016, p. 46).

Outro ponto de análise consiste na terceira gravidez de Natalina. Nesse caso, a personagem trabalha como empregada doméstica na casa de um casal que não consegue ter filhos. A patroa, frustrada por não conseguir engravidar, pede a Natalina que geste no lugar dela um filho fecundado por seu marido. A primeira problemática se dá pelo fato da frustração feminina em não conseguir gestar. A imagem sacralizada da mãe transformou-se no único padrão valorizado como feminino e acompanha o sentimento de fracasso contínuo vivido por mulheres que percebem a impossibilidade de cumpri-lo na realidade. (VASCONCELOS, 2014, p. 75).

A protagonista se vê como um artefato reprodutor, serve como utilidade para outrem, que é mais uma problemática da narrativa. De toda forma, mesmo tomada pela vergonha e pelo constrangimento, Natalina gera uma criança e quase morre ao conceder seu corpo como um objeto de gestação de um filho que não seria seu. Dessa forma, substancializa-se a objetificação sofrida: a protagonista, enquanto grávida, tinha o melhor dos tratamentos pelo casal, mas após o parto cai em esquecimento pela família, o que considera um alívio, mas não descarta a conveniência do casal de apenas explorá-la.

Somente em sua quarta gravidez Natalina sente-se em paz, é que “não lhe deixava em dívida com pessoa alguma” (p. 48). Fruto de um estupro, concebida na violência, aquela criança era sua e de mais ninguém. Não havia a temida presença de Sá Praxedes, as pressões outrora feitas por Tonho, tampouco as exigências de seus patrões, apenas ela e a vida que crescia em seu âmago. A narração dos fatos é estruturada a partir de frágeis *flashbacks* da personagem quanto aos acontecimentos. Natalina, enquanto dorme, é raptada por dois homens à procura de seu irmão. Não entende, pois não há irmão! Saíra de casa ainda muito cedo, não havia contato entre ela e sua família. Com os olhos vendados e de mãos amarradas, um dos homens, em lugar desconhecido, a leva para dentro do mato:

O homem desceu do carro, puxou-a violentamente e jogou-a no chão; depois desanimou suas mãos e ordenou que lhe fizesse carinho.

Natalina, entre ódio e pavor, obedecia a tudo. Na hora, quase na hora do gozo, o homem arrancou a venda dos olhos dela. Ela tremia, seu corpo, sua cabeça estavam como se fossem arrebentar de dor. A noite escura, não permitia que divisasse o rosto do homem. Ele gozou feito cavalo enfurecido em cima dela. (EVARISTO, 2016, p. 49).

Para Angela Davis (2016), em países capitalistas, as leis contra estupro são feitas para a proteção dos homens e de suas esposas e filhas de classes abastadas. Talvez, certa de que a justiça jamais será feita, Natalina, ao perceber que o homem dormia, olhou para o lado e sentiu a arma dele caída no chão: “o tiro foi certo” (EVARISTO, 2016, p. 50). Após assassinar seu algoz, foge para longe, sem dizer nada, jamais, a ninguém, e rompe, dessa forma, qualquer ligação que pudesse haver entre eles. A narradora aponta para os sentimentos que atravessam Natalina no tempo que se decorre ao estupro: o ódio, a vergonha, o pavor, a dor de ter sido violentada.

Historicamente, o corpo da mulher negra é violentado, seja fisicamente, com a exploração da mão de obra através do trabalho escravizado, seja sexualmente, tendo em vista que o estupro é utilizado como castigo desde o período escravagista, de acordo com Angela Davis (2016). “O estupro, na verdade, era uma expressão ostensiva do domínio econômico do proprietário e do controle do feitor sobre as mulheres negras na condição de trabalhadoras” (p. 20). Duplamente violentados, os corpos de mulheres negras seguem marcados pela hiperssexualização na contemporaneidade:

Os homens de classe baixa, que durante a escravatura pouco contato sexual tinham tido com mulheres negras, eram incentivados a acreditar que tinham direito de acesso ao corpo das negras. Em grandes cidades, a sua luxúria por objetos sexuais negros levou ao nascimento de inúmeros bordéis, que forneciam corpos negros para suprir as necessidades crescentes dos brancos. O mito perpetuado pelos brancos de que as negras eram donas de uma sexualidade apurada encorajava os violadores e abusadores sexuais brancos. (HOOKS, 2018, p. 108).

Marcada pelo estupro vivido, pouco tempo depois, Natalina se descobriu grávida. Estranhamente, em condições que demarcam os limites entre a vida e a morte, a personagem percebe em si, pela primeira vez, o desejo pela maternidade. Ela estava feliz, “o filho estava para arrebentar no mundo a qualquer hora. Estava ansiosa para olhar aquele filho e não ver a marca de ninguém, talvez nem a dela. Estava feliz e só consigo mesma” (EVARISTO, 2016, p. 50). Na morte de seu esturador, Natalina

percebe a sua libertação e sente “a satisfação de ter conseguido retomar a própria vida. Guardou a semente invasora daquele homem” (p. 50), ainda que em uma gestação concebida por meio da dor e da violência, Natalina agarra-se à possibilidade de retomar o controle de sua própria vida, não precisa corresponder ou nutrir as expectativas de mais ninguém, como outrora acontecia, e não esconde o seu contentamento.

Na mesma medida, é importante destacar que no Brasil os piores níveis de saúde acometem mulheres vulneráveis do ponto de vista econômico, social e racial (MARTINS, 2006). A personagem, embora exposta às mais diversas violências, desde métodos abortivos precários e inseguros à violência de um estupro, de forma alguma é representada como uma vítima das situações que a acometem e encontra na dor a força para ressignificar a possibilidade de sua libertação. Em movimento contrário ao esperado, Natalina apresenta leveza em suas escolhas e rompe, dessa forma, com os arquétipos de generalização e sexismo atribuídos à mulher e acoplados à maternidade, muito comuns na literatura brasileira.

Olhos d'água

“Oiá descobriu sua beleza nos espelhos de Oxum”

(Reginaldo Prandi)

Para bell hooks (1994), “o sistema escravocrata e as divisões raciais criaram condições muito difíceis para que os negros nutrissem seu crescimento espiritual” (p. 1). Atravessados por racismo, por péssimas condições de trabalho e por mortes de seus filhos, parentes e ancestrais, nutrir e desenvolver o amor foi uma dificuldade coletiva, um privilégio negado por séculos aos afrodescendentes. Em “Olhos d'água”, a narradora-personagem, sem nome, é engolida pela incerteza que a corrói: “qual era a cor dos olhos de minha mãe?”, pergunta repetida em quase todos os parágrafos do texto. Os olhos de sua mãe, doces, belos, pareciam não transparecer nenhuma cor.

O fio condutor para a ancestralidade no conto em análise está nas memórias individuais e coletivas da personagem principal. Para lembrar a cor dos olhos de sua mãe, a narradora recorda os detalhes de sua infância. Lembra as partes do corpo de sua mãe, “da unha encravada do dedo mindinho do pé esquerdo... da verruga que se perdia no meio uma cabeleira crespa e bela” (EVARISTO, 2016, p. 16), as brincadeiras que

faziam juntas, os infortúnios e as dificuldades vividas em uma casa com outros seis irmãos. Assim, as memórias a ajudam a vasculhar os rastros de lembranças presentes na relação com sua mãe.

A apropriação da tradição oral é parte constituinte das histórias dos povos negros, que construíram os seus legados através da oralidade, desde a construção de memórias coletivas ao culto ao sagrado. Até os dias atuais, a palavra falada sobrevive aos choques geracionais e ao advento da escrita. Para Souza (2005):

A tradição oral é guardiã da história e da memória entre muitos povos africanos, sendo preservada, principalmente, por homens sábios, que foram e são responsáveis por manter a memória viva dos fatos e feitos de seus antepassados. São poetas, músicos, dançarinos, conselheiros. Por isso, são denominados, de modo geral, como contadores de história. (Souza, 2005, p. 85)

De acordo com Hooks (2019), hodiernamente, ainda que as ativistas feministas tenham focado na luta contra o sexismo nas instituições de ensino, pouco foi feito para melhorar o grau de instrução dessas mesmas mulheres, o que inclui habilidades básicas, como ler e escrever. Dessa forma, mesmo com o advento da escrita, as tradições orais e as contadoras de histórias permanecem como potência para a difusão e a construção do conhecimento entre pessoas parcialmente letradas e iletradas. Em *Becos da Memória* (2006), Conceição Evaristo também aporta a tradição oral ao recolher as memórias de pessoas que vivem no espaço periférico das grandes capitais através da palavra falada, já que a escrita é um acesso privilegiado nos espaços de marginalização. Para que não sejam esquecidas, contam, boca a boca, suas histórias, suas experiências.

Em “Olhos d 'água”, na busca por respostas, a narradora-personagem segue o enredo da infância à fase adulta, traçando fios temporais. Por ser a primeira de sete filhas, precisou “crescer rápido”, em outras palavras, foi adultizada. Fato que lembra a autora da obra, Conceição Evaristo, pois sendo a segunda filha de nove irmãos, aos oito anos de idade já trabalhava. A mãe da história cresceu em um ambiente pobre, “ela havia nascido em um lugar perdido no interior de Minas. Ali as crianças andavam nuas até bem grandinhas.” (EVARISTO, 2016, p. 16) e para a filha, algumas das histórias da infância da mãe se misturavam às dela pelas semelhanças das condições em que viviam.

Em meio às suas memórias, tinha muito presentes os momentos de brincadeiras com a mãe, inclusive, que os dias em que mais brincavam eram os que havia pouco ou

nenhum alimento em casa, e a mãe, repleta de criatividade, mas fadada aos infortúnios da vida pobre, distraía as crianças para não se lembrarem da fome, oferecendo a diversão como consolo. As crianças, dessa forma, eram fortalecidas pelo amor de sua mãe, que jamais se deixava contaminar pela tristeza.

Também era marcante nas memórias o silêncio da matriarca em meio aos momentos de dificuldade. O sentimento de proteção e a maternagem fazia com que a mãe se calasse para não transparecer fraqueza e preocupação frente às filhas, que, mesmo crianças, já entendiam a necessidade de lidar com a fome e a pobreza. De igual natureza há os diversos trechos sobre a fome contidos em *Quarto de Despejo* (1963), em que Carolina Maria de Jesus fazia o possível para alimentar seus filhos com o pouco que tinha: “já perdi o hábito de sorrir. Dez minutos depois eles querem mais comida.” (p.27).

Assim como para Carolina Maria de Jesus, para a mãe do referido conto e para muitas outras mães negras lidar com essas problemáticas sozinhas traz uma sobrecarga de funções, em que se é a única pessoa responsável por todas as obrigações familiares. Conceição Evaristo se aprofunda nessa ótica de mães-solo e suas dificuldades em diversos textos, como “Maria”, “Duzu-Querença” e “Zaíta esqueceu de guardar os brinquedos”, contos presentes em *Olhos d’Água* (2016).

Para Mesquita (2010) *apud* Vasconcelos (2014, p. 98), nas famílias monoparentais, “chefiadas por mulheres sem participação de cônjuge”, fato ocorrido principalmente nas camadas mais pobres da população, a solidariedade feminina se faz mais presente, seja por uma relação de parentesco ou não, há um elo entre as mulheres no sentido de ajuda mútua para que as famílias consigam se desenvolver na medida do possível. A protagonista lembra o apoio das referências femininas de sua familiares e como os gestos de empatia contribuíram para a sua construção identitária, o que pode aludir a palavra *ubuntu*, oriunda do idioma Zulu, que se traduz como “eu sou porque nós somos”, o que solidifica: somos uma construção de todas as pessoas que passaram por nós.

Em meio à experimentação das memórias e das histórias e experiências infantis, o desejo de estar conectada com sua mãe faz com que a narradora retorne a sua cidade natal “Havia anos que eu estava fora de minha cidade natal. [...] Reconhecia a importância dela na minha vida, não só dela, mas de minhas tias e de todas as

mulheres de minha família.” (EVARISTO, 2016, p. 18). Além do retorno físico a suas origens, a personagem reivindica a sua ancestralidade — o retorno simbólico aos seus ancestrais, ao evocar espiritualmente não apenas a sua mãe, mas a imagem das mulheres de diferentes gerações de sua família ao recolher as lembranças e os relatos de experiências geracionais. Para Zilá Bernd (1987), “a cor da pele não é suficiente para compor a identidade”, já que “a identidade se define em relação a algo que é que lhe é exterior: ela é uma diferença” (p. 41). Nessa perspectiva, a narradora, ao ressaltar a significância de seus parentes, os traços de sua infância e o seu lugar de origem, retoma, dessa forma, a consciência de sua própria identidade:

E também, já naquela época, eu entoava cantos de louvor a todas as nossas ancestrais, que desde a África vinham arando a terra da vida com as suas próprias mãos, palavras e sangue. Não, eu não esqueço essas Senhoras, nossas Yabás, donas de tantas sabedorias. (EVARISTO, 2016, p. 17).

Ancestralidade e identidade estão intimamente interligadas. Para Bernd (1987), a busca da identidade para o negro deverá passar por uma dupla “rememorização”: “o cultivo das tradições africanas (memória coletiva)” e por uma “re-leitura da história” (p. 42). Desse modo, “na intersecção entre a recuperação das raízes africanas e a redefinição do seu papel histórico surgirá uma dimensão ampla da identidade” (p. 42). No conto, a narradora-personagem apresenta o mítico ao fazer menções a diversas expressões ritualísticas do culto aos Orixás, como “Rainha” (EVARISTO, 2016, p. 17), “reverência à Senhora” (p. 17), “flores solenemente distribuídas por seus cabelos, braços e colo” (p. 17) e outras diversas. Ao buscar a cor dos olhos de sua mãe, afirma viver “com a sensação de estar cumprindo um ritual, em que a oferenda aos Orixás deveria ser descoberta da cor dos olhos de minha mãe.” (p. 18).

Para Reginaldo Prandi (2001), os Orixás são entidades que receberam do ser supremo Olodumare/Olorum “a incumbência de criar e governar o mundo, ficando cada um deles responsável por alguns aspectos da natureza e certas dimensões da vida em sociedade e da condição humana” (p. 20). A yabá⁶ Oxum, primeira Yalorixá do Candomblé, é considerada a senhora das águas doces, a mãe da vaidade, do ouro e da fertilidade. Nas religiões de matriz africana, o abebé (espelho) é objeto que lhe

⁶ Do yorubá: “mãe rainha”.

acompanha, está sempre ao seu lado, simboliza a contemplação, a percepção, o reconhecimento.

Em semelhança à mãe descrita por nossa narradora, Oxum é representada na cultura yorubá como um ser dócil e afável, antes responsável pelo cuidado das mulheres e das crianças da aldeia quando os homens partiam para a guerra. Ao reencontrar sua mãe de leite, a narradora encontra os mesmos olhos, mais uma vez, sem cor, tomados por lágrimas, e “eram tantas lágrimas”, que duvidou: sua mãe “tinha olhos ou rios caudalosos sobre a face” (p. 18)?

A personagem compreendeu: a mãe trazia “serenamente em si, águas correntezas.” (p. 18), olhos úmidos, assim como as águas guardadas por mamãe Oxum, eles eram como “rios calmos, mas profundos e enganosos para quem contempla a vida apenas pela superfície.” (p. 18-19), o que reitera o lugar de força e resistência de suas mães em um mundo desigual, que subalterniza e marginaliza mulheres negras.

Em retomada a sua ancestralidade, a narradora-personagem vê os olhos de mamãe Oxum através dos olhos de sua mãe de leite, que se fundem, em uma força que a acolhe e a protege, da infância à vida adulta: “Abracei a mãe, encostei meu rosto no dela e pedi proteção. Senti as lágrimas delas se misturarem às minhas.” (p. 19). Olhos d'água, uma metáfora, tessitura o reencontro aos seus vínculos ancestrais e identitários. Quando mãe, a narradora-personagem busca descobrir, agora, a cor dos olhos de sua filha. Costuma fazer “brincadeira em que os olhos de uma se tornam o espelho para os olhos da outra” (p.19), em um ciclo geracional, de forma a instigar na criança a busca por si através de suas origens, por meio de seus olhos, atravessados pelos olhos de suas mães e daquelas que a antecederam. Conceição Evaristo entrelaça as análises aqui dispostas quando afirma: “não esperemos ver os nossos rostos através das águas de narciso, mas sim, através do espelho de Oxum”⁷, pois o que nos é ancestral nos é, também, identitário.

Encaminhamentos Finais

Dado o exposto, é possível identificar as relações provenientes do conceito de maternidade e maternagem a partir dos diálogos entre os textos literários analisados. De

⁷ Discurso de Conceição Evaristo no *III Seminário Mulher & Literatura*, na Universidade Federal de Sergipe, em 16 de agosto. 2019.

um lado, temos Natalina, que ao longo da história não desejava a maternidade e por muito tempo abriu mão da carga materna para viver sua liberdade, doou o seu primeiro filho; entregou o segundo ao pai; foi utilizada como dispositivo gestacional para os padrões sem receber nada em troca; e somente na última gestação, fruto da pior violência que sofreu, um estupro, a personagem decidiu exercer a maternidade de forma solo e sem dívida alguma com outrem.

É importante ressaltar que Natalina descortina diversos estereótipos engendrados quanto aos papéis sociais das mulheres negras. Ela escolheu a maternagem em sua última gestação como um elemento de liberdade e autonomia, visto que a criança foi fruto de uma violência sexual, mas a personagem principal matou o seu algoz, desconstrução que traz a representatividade que a mulher negra busca em seu cotidiano. cremos que as meninas-mulheres negras que problematizamos na introdução conseguem enxergar em Natalina uma igual e colocar em xeque os lugares representados como “exclusivos” de pessoas negras, ou seja, seremos mães quando houver interesse pessoal e não como um determinismo biológico.

Do outro lado, temos a mãe da protagonista, sem nome exposto, do conto “Olhos d’água”, que comprova, através da perspectiva da primeira filha, os longos anos de batalhas travadas para concretizar a criação de seus filhos, sempre baseada na relação de ancestralidade com Oxum, na gratidão às familiares femininas que contribuíram para seu crescimento, no reconhecimento da importância da memória nas relações de afeto entre mãe e filho e ao dar início a uma nova geração e a um novo ciclo com a filha da protagonista, que faz o mesmo questionamento “Mãe, qual é a cor tão úmida de seus olhos?” (EVARISTO, 2016, p. 19).

Para finalizar a caminhada, podemos afirmar que os objetivos apresentados na introdução e no desenvolvimento de nosso texto foram contemplados. A análise de “Quantos filhos Natalina teve?”, para nós, é uma provocação ao sistema e aos papéis de gênero impostos ao feminino. A narradora nos convida a refletir sobre a maternidade e a maternagem e como podemos problematizar assuntos como o aborto, a pobreza, as faltas de oportunidades para as mulheres negras.

Na mesma medida, em “Olhos D’Água” percebemos elementos ancestrais, memórias individuais e coletivas, famílias negras empobrecidas pelo advento da modernidade e da exploração de sujeitos negros que até os dias atuais não foram

reintegrados frente aos seus direitos e acessos à educação, alimentação, moradia com qualidade, saúde, e que as escrituras de Conceição Evaristo nos convocam a questionar o *status quo* dessa sociedade dita brasileira que fecha os olhos para o óbvio: as mulheres negras, que foram e são o alicerce de diversas famílias.

E por último, temos as representações das religiões de matrizes africanas, que ainda hoje são demonizadas por uma ideia equivocada do cristianismo e que no conto em baila *mamãe Oxum* é homenageada a partir da metáfora dos olhos da mamãe da personagem principal, que são as águas doces e serenas da Orixá do Amor.

Referências

ASSIS DUARTE, Eduardo. *Por um conceito de literatura afro-brasileira*. Dados colhidos no Portal da Literatura Afro-brasileira. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/artigos/artigos-teorico-conceituais/148-eduardo-de-assis-duarte-por-um-conceito-de-literatura-afro-brasileira>.

BERND, Zilá. *Negritude e literatura na América Latina*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

BRASIL. Decreto-Lei N.º 2.848, de 7 de Dezembro de 1940. Código Penal. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940. Disponível em http://www.amperj.org.br/store/legislação/codigos/cp_DL2848.pdf. Acesso em 25 de abril de 2023.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Tradução de Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DALCASTAGNÈ, Regina. Entre silêncios e estereótipos: relações raciais na literatura brasileira contemporânea. *Estudos de literatura brasileira contemporânea*, v. 31, p. 87-110, 2008.

DIAS, Luciana de Oliveira. Reflexos no Abebé de Oxum: por uma narrativa mítica insubmissa e uma pedagogia transgressora. *Articulando e construindo saberes*, v.5, 2020.

EVARISTO, Conceição. *Becos da memória*. Belo Horizonte: Mazza, 2006.

EVARISTO, Conceição. Da representação à auto-representação da mulher negra na literatura brasileira. *Revista Palmares: Cultura Afro-brasileira*. Ano I – número 1 – agosto 2005.

EVARISTO, Conceição. *Olhos d'água*. Rio de Janeiro: Pallas: Fundação Biblioteca Nacional, 2016.

EVARISTO, Conceição. Mulheres no Mundo – Etnia, Marginalidade e Diáspora, Nadilza Martins de Barros Moreira & Liane Schneider (orgs), João Pessoa, UFPB, Idéia/Editora Universitária, 2005.

EVARISTO, Conceição.. Evaristo por Conceição Evaristo. In: *Colóquio de Escritoras Mineiras*, 2009, Belo Horizonte. Disponível em: <<http://nossaescrivencia.blogspot.com/2012/08/conceicao-evaristo-por-conceicao.html>>. Acesso em: 25/04/2023.

EVARISTO, Conceição. Entrevista concedida a Bárbara Araújo Machado em 30 set. 2010, Rio de Janeiro.

EVARISTO, Conceição. Literatura negra: uma poética da nossa afro-brasilidade. *Scripta*, Belo Horizonte, v.13, n.25, p.17-31, 2o.sem.2009.

FINER, Lawrence B; HENSHAW, Stanley K. Disparities in rates of unintended pregnancy in the United States, 1994 and 2001. *Perspectives on Sexual and Reproductive Health*, v. 38, n. 2, 2006, p. 90–96.

hooks, bell. *Não serei eu mulher?* As mulheres negras e o feminismo. Tradução de Nuno Quintas. Lisboa: Orfeu Negro, 2018.

hooks, bell. *Teoria feminista: da margem ao centro*. Tradução de Rainer Patriota. São Paulo: Perspectiva, 2019.

hooks, bell. *Vivendo de amor*. 1994. Disponível em: <<http://www.olibat.com.br/documentos/Vivendo%20de%20Amor%20Bell%20Hooks.pdf>>. Acesso em: 26/04/2023.

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. Edição Popular, 1963.

MARTINS, Alaerte Leandro. Mortalidade materna de mulheres negras no Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 22, n. 11, 2006, p. 2473–2479.

MACHADO, B. A. “*Recordar é preciso*”: Conceição Evaristo e a intelectualidade negra no contexto do movimento negro brasileiro contemporâneo (1982 – 2008). Dissertação (Mestrado em História) – UFF. Niterói, 130 p. 2014.

NASCIMENTO, Luciene. Tudo nela é de se amar. 1. ed. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2021.

PRANDI, Reginaldo. Mitologia dos orixás. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

RONCADOR, Sonia. “O mito da mãe preta no imaginário literário de raça e mestiçagem cultural”. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, nº. 31. Brasília, janeiro-junho de 2008, pp. 129-152.

RIBEIRO, Djamila. *Quem tem medo do feminismo negro?* 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SAID, Edward. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SANTOS, Osmara Alves dos; ROSA, Patricia Lima Ferreira Santa; BORGES, Ana Luiza Vilela. Determinantes do planejamento da gravidez segundo a raça/cor em São Paulo, Brasil. *Revista da ABPN*, v. 7, n. mar./ju 2015, p. 74-88, 2015.

SCAVONE, Lucila. A maternidade feminismo: diálogo com as Ciências Sociais. *Cadernos Pagu* (16), pp.137-150. 2001.

SEVERI, Fabiana Cristina *et al.* *Aborto no Brasil: falhas substantivas e processuais na criminalização de mulheres*. [S. l.]: *Clooney Foundation for Justice Initiative*. Disponível em: <https://cfj.org/report/aborto-no-brasil-falhas-substantivas-e-processuais-na-criminalizacao-de-mulheres/>. Acesso em: 25 abr. 2023., 2022.

SOUZA, Ana Lúcia Silva *et al.* *De olho na cultura: pontos de vista afro-brasileiro*. Salvador: Centro de Estudos Afro-orientais; Brasília: fundação Cultural Palmares, 2005.

VASCONCELOS, Vania Maria Ferreira. *No colo das Iabás: raça e gênero em escritoras afro-brasileiras contemporâneas*. 2014. 228 f. Tese (Doutorado em Literatura e Práticas Sociais). Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

Recebido em 28/05/2023

Aprovado em 15/07/2023